



DE 17 ABRIL A 5 MAIO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 502/XIII](#)

Estabelece a obrigatoriedade da presença de inspetor sanitário em determinados atos venatórios

Autoria: PAN

[Projeto de Lei 503/XIII](#)

Proíbe a utilização de matilhas como meio de caça

Autoria: PAN, BE

[Projeto de Lei 505/XIII](#)

Procede à 1.ª alteração do Decreto-Lei n.º 237/2007 de 19 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março, relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem atividades móveis de transporte rodoviário

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 506/XIII](#)

Programação de investimentos no sistema prisional

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 507/XIII](#)

Defesa da transparência e da integridade nas competições desportivas

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 508/XIII](#)

Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 509/XIII](#)

Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho, procedendo à 12.ª alteração do Código do Trabalho e à 1.ª alteração da Lei n.º 98/2009, 4 de setembro

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 510/XIII](#)

Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 511/XIII](#)

Procede à 3ª alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 224/2009, de 11 de setembro, e 137/2012, de 2 de julho

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 512/XIII](#)

Aprova o Regime de Avaliação de Impacto de Género dos Atos Normativos

Autoria: PS

[Projeto de Lei 513/XIII](#)

Altera a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Primeira alteração à Lei n.º 31/2014, de 30 de maio)

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 514/XIII](#)

Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro

Autoria: PCP

[Proposta de Lei 73/XIII](#)

Regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2376 e a Diretiva (UE) 2016/881.

[Proposta de Lei 74/XIII](#)

Regula os fundos de recuperação de créditos

[Proposta de Lei 75/XIII](#)

Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa

[Proposta de Lei 76/XIII](#)

Altera a Lei de Bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

[Projeto de Resolução 811/XIII](#)

Recomenda ao governo a aprovação de novo plano nacional para a igualdade de género, cidadania e não discriminação e a avaliação dos resultados e eficácia da aplicação de pulseira eletrónica em contexto de violência doméstica

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Resolução 813/XIII](#)

Recomenda ao Governo que, no âmbito do Plano Nacional de Reformas, adote um conjunto de medidas que permitam colocar Portugal numa trajetória sustentada de crescimento económico e do emprego

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Resolução 814/XIII](#)

Programa de Estabilidade 2017-2021 e Plano Nacional de Reformas

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Resolução 821/XIII](#)

Medidas para aumentar a cobertura vacinal em Portugal

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 826/XIII](#)

Recomenda ao Governo a elaboração de um Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

Autoria: PCP

[Projeto de Resolução 827/XIII](#)

Recomenda ao Governo medidas de cumprimento do programa nacional de vacinação na comunidade escolar

Autoria: CDS-PP

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Resolução 828/XIII](#)

Recomenda ao Governo medidas de cumprimento do programa nacional de vacinação na população adulta e nos profissionais de saúde

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Resolução 829/XIII](#)

Propõe a concretização de um programa de desburocratização e apoio às micro, pequenas e médias empresas

Autoria: PCP

[Projeto de Resolução 833/XIII](#)

Altera o Regimento da Assembleia da República, assegurando a avaliação de impacto de género no procedimento legislativo

Autoria: PS

[Projeto de Resolução 836/XIII](#)

Recomenda ao Governo a adoção de medidas que promovam o desenvolvimento do setor da ourivesaria e o reforço das contrastarias

Autoria: PSD

[Projeto de Resolução 847/XIII](#)

Recomenda ao Governo que reforce as medidas de vacinação contra o sarampo e lance uma campanha informativa para esclarecer a população sobre a validade da vacinação incluída no Programa Nacional de Vacinação, em particular no caso do sarampo

Autoria: PSD

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 74/XIII](#)

Segunda alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, primeira alteração à Lei

[Decreto da Assembleia 75/XIII](#)

Primeira alteração à Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro, que estabelece o estatuto do administrador judicial, equiparando os administradores judiciais aos agentes de execução, nomeadamente para efeitos de acesso ao registo informático das execuções e de consulta das bases de dados

[Decreto da Assembleia 76/XIII](#)

Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, procede à segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e revoga a Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro

[Decreto da Assembleia 88/XIII](#)

Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos

[Decreto da Assembleia 89/XIII](#)

Altera o Código Civil promovendo a regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica e procede à quinta alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, à vigésima sétima alteração ao Código de Processo Penal, à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível, e à segunda alteração à Lei n.º 75/98, de 19 de novembro

[Decreto da Assembleia 90/XIII](#)

Altera o Código do Imposto do Selo, aprovado em anexo à Lei n.º 150/99, de 11 de setembro, clarificando o titular do interesse económico nas taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões

[Decreto da Assembleia 93/XIII](#)

Transpõe a Diretiva 2014/42/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, sobre o congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia

[Decreto da Assembleia 95/XIII](#)

Torna obrigatória a avaliação de impacte ambiental nas operações de prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente

[Decreto da Assembleia 96/XIII](#)

Aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão



ACIDENTES NUCLEARES TRANSFRONTEIRIÇOS

[Resolução da Assembleia da República n.º 72/2017 - Diário da República n.º 80/2017, Série I de 2017-04-24](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que elabore um plano de emergência radiológico para acidentes nucleares transfronteiriços

 **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO**

[Portaria n.º 150/2017 - Diário da República n.º 85/2017, Série I de 2017-05-03](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria que estabelece os procedimentos da avaliação de situações a submeter ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado

 **AMBIENTE**

[Decreto-Lei n.º 46/2017 - Diário da República n.º 85/2017, Série I de 2017-05-03](#)

Ambiente

Altera o regime económico e financeiro dos recursos hídricos

 **ANIMAIS**

[Portaria n.º 146/2017 - Diário da República n.º 81/2017, Série I de 2017-04-26](#)

Adjunto e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Regulamenta a criação de uma rede efetiva de centros de recolha oficial de animais de companhia, fixa as normas que regulam o destino dos animais acolhidos nestes centros e estabelece as normas para o controlo de animais errantes

 **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

[Regimento da Assembleia da República n.º 1/2017 - Diário da República n.º 79/2017, Série I de 2017-04-21](#)

Assembleia da República

Segunda alteração ao [Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007](#), de 20 de agosto

 **AUTARQUIAS LOCAIS**

[Lei Orgânica n.º 1/2017 - Diário da República n.º 84/2017, Série I de 2017-05-02](#)

Assembleia da República

Sexta alteração à [Lei Orgânica n.º 1/2001](#), de 14 de agosto (lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais)

[Lei Orgânica n.º 2/2017 - Diário da República n.º 84/2017, Série I de 2017-05-02](#)

Assembleia da República

Sétima alteração à [Lei Orgânica n.º 1/2001](#), de 14 de agosto (lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais)

ENERGIA

[Portaria n.º 144/2017 - Diário da República n.º 80/2017, Série I de 2017-04-24](#)

Economia

Alteração à [Portaria n.º 59/2013](#), de 11 de fevereiro, que aprova o prolongamento do prazo para extinção das tarifas transitórias aplicáveis ao fornecimento de gás natural, estendendo o atual prazo de extinção até 31 de dezembro de 2020

ERSE – ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS

[Diretiva n.º 5/2017 - Diário da República n.º 81/2017, Série II de 2017-04-26](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Entidade operacionalizadora do leilão de reserva de segurança do Sistema Elétrico Nacional

ENTIDADES REGULADORAS

[Lei n.º 12/2017 - Diário da República n.º 84/2017, Série I de 2017-05-02](#)

Assembleia da República

Primeira alteração à lei-quadro das entidades reguladoras e à [Lei n.º 67/2013](#), de 28 de agosto, que a aprova

 **ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU 2014-2021**

[Declaração de Retificação n.º 14/2017 - Diário da República n.º 80/2017, Série I de 2017-04-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2017](#), de 10 de março, da Presidência do Conselho de Ministros, que cria a Unidade Nacional de Gestão do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021, publicada no Diário da República, n.º 50, 1.ª série, de 10 de março de 2017

 **FINANCEIRO**

[Lei n.º 15/2017 - Diário da República n.º 85/2017, Série I de 2017-05-03](#)

Assembleia da República

Proíbe a emissão de valores mobiliários ao portador e altera o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 486/99](#), de 13 de novembro, e o Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 262/86](#), de 2 de setembro

[Lei n.º 16/2017 - Diário da República n.º 85/2017, Série I de 2017-05-03](#)

Assembleia da República

Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários efetivos das entidades que participem no seu capital, procedendo à quadragésima segunda alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Estatísticas das empresas da central de balanços - 4º trimestre de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Balança de pagamentos - fevereiro de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Financiamento das administrações públicas - fevereiro de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Endividamento do setor não financeiro - fevereiro de 2017](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório dos Sistemas de Pagamentos 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Dívida pública - março de 2017](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Boletim Económico de maio de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos concedidos pelo setor financeiro - março de 2017](#)

Instruções

[Instrução n.º 7/2017](#) - Regulamenta o reporte de informação estatística para compilação das estatísticas bancárias internacionais em base consolidada.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Atualização das respostas às perguntas mais frequentes sobre o regime da atividade de auditoria](#)

[Indicadores mensais sobre receção de ordens por conta de outrem - março 2017](#)

[Indicadores de síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - março 2017](#)

[Indicadores de síntese do mercado de capitais português – abril de 2017](#)



FISCAL

[Lei n.º 14/2017 - Diário da República n.º 85/2017, Série I de 2017-05-03](#)

Assembleia da República

Determina a publicação anual do valor total e destino das transferências e envio de fundos para países, territórios e regiões com regime de tributação privilegiada, alterando a lei geral tributária, aprovada pelo [Decreto-Lei n.º 398/98](#), de 17 de dezembro

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício Circulado n.º 20195/2017, de 19/04](#) - IRC - Taxas de derrama incidentes sobre o Lucro tributável do período fiscal de 2016.

[Ofício-circulado n.º 30189/2017, de 02/05](#) - IVA - Regime aplicável ao exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais.

[Circular n.º 5/2017, de 04/05](#) - Normas previstas nas partes II e III do Estatuto dos Benefícios Fiscais vigentes durante o ano de 2017.

[Portal do Serviço Nacional de Saúde \(SNS\)](#) - Divulgação da Área do Cidadão

FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO

[Portaria n.º 142/2017 - Diário da República n.º 78/2017, Série I de 2017-04-20](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Quarta alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado em anexo à [Portaria n.º 57-A/2015](#), de 27 de fevereiro

INVESTIMENTO PÚBLICO

[Portaria n.º 138/2017 - Diário da República n.º 75/2017, Série I de 2017-04-17](#)

Finanças e Planeamento e das Infraestruturas

Dotação centralizada do Ministério das Finanças

LÍNGUA PORTUGUESA

[Decreto Regulamentar n.º 3/2017 - Diário da República n.º 83/2017, Série I de 2017-04-28](#)

Negócios Estrangeiros

Aprova o regime jurídico do estatuto da empresa promotora da língua portuguesa

 **PENAL**

[Lei n.º 13/2017 - Diário da República n.º 84/2017, Série I de 2017-05-02](#)

Assembleia da República

Segunda alteração ao regime de responsabilidade penal por comportamentos suscetíveis de afetar a verdade, a lealdade e a correção da competição e do seu resultado na atividade desportiva e primeira alteração aos regimes jurídicos dos jogos e apostas online e da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial

[Acórdão \(extrato\) n.º 118/2017 - Diário da República n.º 87/2017, Série II de 2017-05-05](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma resultante da conjugação dos artigos 363.º, 364.º, n.º 1, e 105.º, n.º 1, do Código de Processo Penal (CPP), na interpretação segundo a qual a nulidade prevista no artigo 363.º do CPP deve ser arguida perante o tribunal de 1.ª instância, em requerimento autónomo, no prazo geral de 10 dias a contar da data da sessão da audiência em que tiver ocorrido a omissão da documentação ou a deficiente documentação das declarações orais, sob pena de dever considerar-se sanada

 **PORTUGAL IN**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2017 - Diário da República n.º 77/2017, Série I de 2017-04-19](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria uma estrutura temporária designada por Estrutura de Missão Portugal In

 **PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO – SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA**

[Resolução da Assembleia da República n.º 68/2017 - Diário da República n.º 80/2017, Série I de 2017-04-24](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que dê continuidade ao processo de descentralização no âmbito da saúde, educação e cultura, através da celebração de contratos interadministrativos

 **SAÚDE / LIFE SCIENCES**

[Decreto-Lei n.º 44/2017 - Diário da República n.º 78/2017, Série I de 2017-04-20](#)

Saúde

Altera o Sistema Integrado de Gestão do Acesso dos utentes dos serviços de saúde

[Portaria n.º 141/2017 - Diário da República n.º 76/2017, Série I de 2017-04-18](#)

Saúde

Determina que os medicamentos destinados ao tratamento de doentes com artrite reumatoide, artrite idiopática juvenil, artrite psoriática e espondiloartrites podem beneficiar de um regime excecional de comparticipação a 100 %. É revogado o Despacho n.º 14123/2009

[Portaria n.º 147/2017 - Diário da República n.º 82/2017, Série I de 2017-04-27](#)

Saúde

Regula o Sistema Integrado de Gestão do Acesso dos utentes ao Serviço Nacional de Saúde (SIGA SNS)

[Portaria n.º 153/2017 - Diário da República n.º 86/2017, Série I de 2017-05-04](#)

Saúde

Define os Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG) no Serviço Nacional de Saúde para todo o tipo de prestações de saúde sem carácter de urgência e aprova e publica a Carta de Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos Utentes do SNS

[Despacho n.º 3455/2017 - Diário da República n.º 80/2017, Série II de 2017-04-24](#)

Saúde - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e da Saúde e da Saúde

Determina que a vacina contra a gripe sazonal é gratuita, na época 2017/2018, para pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, bem como para outros grupos alvo prioritários definidos em orientação anual da Direção-Geral da Saúde

 **TURISMO**

[Decreto n.º 14/2017 - Diário da República n.º 80/2017, Série I de 2017-04-24](#)

Negócios Estrangeiros

Aprova o Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Portuguesa e a República da Côte d'Ivoire, assinado em Lisboa, em 22 de junho de 2016

 **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

[Resolução da Assembleia da República n.º 67/2017 - Diário da República n.º 80/2017, Série I de 2017-04-24](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que reforce as medidas para a prevenção da violência doméstica e a proteção e assistência às suas vítimas

 **RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 11/2017/M - Diário da República n.º 79/2017, Série I de 2017-04-21](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo da República que, no prazo máximo de um ano, os canais regionais da RTP, nomeadamente a RTP-Madeira e a RTP-Açores, sejam totalmente integrados nas grelhas existentes da TDT

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 176/2017 - Diário da República n.º 83/2017, Série I de 2017-04-28](#)

Tribunal Constitucional

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma constante do artigo 8.º, n.º 3, do decreto legislativo regional intitulado «Oitava alteração do [Decreto Legislativo Regional n.º 24/89/M](#), de 7 de setembro, que estabelece a estrutura orgânica da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira», aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, em 23 de fevereiro de 2017, que foi enviado para assinatura ao Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, na parte em que atribui natureza interpretativa ao disposto no artigo 47.º, n.º 1, do [Decreto Legislativo Regional n.º 24/89/M](#), de 7 de setembro, alterado pelo decreto legislativo regional enviado para assinatura; pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 48.º-A, n.ºs 5 e 6, aditado ao [Decreto Legislativo Regional n.º 24/89/M](#), de 7 de setembro, pelo artigo 2.º do decreto legislativo regional enviado para assinatura; não se pronuncia pela inconstitucionalidade das restantes normas do citado decreto legislativo regional objeto do presente pedido de fiscalização preventiva

UNIÃO EUROPEIA



JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Direitos Sociais

Recomendação (UE) 2017/761 da Comissão, de 26 de abril de 2017, sobre o [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#)

Energia

Decisão (UE) 2017/783 do Conselho, de 25 de abril de 2017, relativa à [posição a adotar em nome da União Europeia, no Comité Misto do EEE, sobre uma alteração do anexo IV \(Energia\) do Acordo EEE \(Terceiro Pacote da Energia\)](#)

Retificação do Regulamento de Execução (UE) n.º 1112/2014 da Comissão, de 13 de outubro de 2014, que estabelece o [formato comum para a partilha das informações pelos operadores e proprietários de instalações offshore e o formato comum para a publicação das informações relativas aos indicadores de risco grave pelos Estados-Membros](#)

Financeiro

Regulamento Delegado (UE) 2017/747 da Comissão, de 17 de dezembro de 2015, que complementa o Regulamento (UE) n.º 806/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos [critérios relativos ao cálculo das contribuições ex ante, bem como às circunstâncias e condições em que o pagamento das contribuições extraordinárias ex post pode ser parcial ou totalmente suspenso](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Fundo de Solidariedade da UE

Decisão (UE) 2017/741 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2017, relativa à [mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência ao Reino Unido, a Chipre e a Portugal](#)

Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

Decisão (UE) 2017/742 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2017, relativa à [mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização \(EGF/2017/000 TA 2017 — Assistência técnica por iniciativa da Comissão\)](#)

Política agrícola comum

Regulamento Delegado (UE) 2017/723 da Comissão, de 16 de fevereiro de 2017, que altera o Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014, que completa o Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao [sistema integrado de gestão e de controlo e às condições de recusa ou retirada de pagamentos, bem como às sanções administrativas aplicáveis aos pagamentos diretos, ao apoio ao desenvolvimento rural e à condicionalidade](#)

Regimes matrimoniais

Retificação do Regulamento (UE) 2016/1103 do Conselho, de 24 de junho de 2016, que [implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais](#)

Saúde / Life Sciences

Regulamento (UE) 2017/745 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2017, relativo aos [dispositivos médicos, que altera a Diretiva 2001/83/CE, o Regulamento \(CE\) n.º 178/2002 e o Regulamento \(CE\) n.º 1223/2009 e que revoga as Diretivas 90/385/CEE e 93/42/CEE do Conselho](#)

Regulamento (UE) 2017/746 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2017, [relativo aos dispositivos médicos para diagnóstico in vitro e que revoga a Diretiva 98/79/CE e a Decisão 2010/227/UE da Comissão](#)

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Atos preparatórios

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos direitos de autor no mercado único digital» sobre a «Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece normas sobre o exercício do direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e à retransmissão de programas de rádio e televisão» e sobre a «Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a determinadas utilizações permitidas de obras e outro material protegidos por direito de autor e direitos conexos em benefício das pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades de acesso a textos impressos e que altera a Diretiva 2001/29/CE relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação»](#)

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de regulamento do Conselho relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e ao raptos internacionais de crianças \(reformulação\)»](#)

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Conectividade para um Mercado Único Digital Concorrencial — Rumo a uma Sociedade Europeia a Gigabits»](#)

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas \(reformulação\)»](#)

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Gabinete do Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas»](#)

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera os Regulamentos \(UE\) n.º 1316/2013 e \(UE\) n.º 283/2014 relativos à promoção de conectividade à Internet em comunidades locais»](#)

Posição (UE) n.º 3/2017 do Conselho em primeira leitura com vista à adoção do regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos [dispositivos médicos para diagnóstico *in vitro* e que revoga a Diretiva 98/79/CE e a Decisão 2010/227/UE da Comissão Adotada pelo Conselho em 7 de março de 2017](#)

Nota justificativa do Conselho: Posição (UE) n.º 3/2017 do Conselho em primeira leitura tendo em vista a adoção do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos [dispositivos médicos para diagnóstico *in vitro* e que revoga a Diretiva 98/79/CE e a Decisão 2010/227/UE da Comissão](#)

Parecer do Banco Central Europeu, de 8 de março de 2017, sobre uma proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2014/59/UE no que respeita à [posição dos instrumentos de dívida não garantidos na hierarquia da insolvência](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Importação de produtos biológicos sujeitos a um novo sistema europeu de certificação eletrónica](#)

A partir de dia 18 de abril, aplicar-se-á um novo sistema de certificação eletrónica tendo em vista uma melhor monitorização da importação dos produtos biológicos. Este sistema faz da UE o líder mundial no domínio da rastreabilidade e da recolha de dados fiáveis sobre o comércio destes produtos.

[MEDITERRÂNEO OCIDENTAL Ações para o desenvolvimento sustentável da economia azul](#)

Perguntas e respostas sobre a iniciativa da União Europeia para o desenvolvimento sustentável da economia azul no Mediterrâneo Ocidental

[Mediterrâneo Ocidental: Ações para o desenvolvimento sustentável da economia azul](#)

A Comissão Europeia lança hoje uma nova iniciativa para o desenvolvimento sustentável da economia azul na região do Mediterrâneo Ocidental.

[Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais — Comissão toma primeiras iniciativas concretas](#)

Tornar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais uma realidade para os cidadãos é uma responsabilidade conjunta.

[Comissão apresenta Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#)

Construir uma Europa mais justa e reforçar a sua dimensão social são prioridades centrais da Comissão.

[Comissão lança reflexão sobre a dimensão social da Europa no horizonte 2025](#)

Após o lançamento do debate sobre o futuro da Europa através do Livro Branco da Comissão relativo a este tema, apresentado em 1 de março, a Comissão centra hoje a atenção na dimensão social da Europa no horizonte 2025.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Comissão instaura ações no Tribunal de Justiça da UE contra a Croácia, Chipre, Portugal e Espanha por não terem transposto plenamente as regras da UE em matéria de crédito hipotecário](#)

A Comissão Europeia decidiu instaurar uma ação contra a Croácia, Chipre, Portugal e Espanha no Tribunal de Justiça da UE pela não transposição para o direito nacional da Diretiva relativa ao crédito hipotecário.

[Transporte rodoviário: Comissão insta o Luxemburgo, a Polónia e Portugal a criar registos eletrónicos nacionais](#)

A Comissão Europeia instou o Luxemburgo, a Polónia e Portugal a cumprirem os acórdãos do Tribunal de Justiça da UE relacionados com o bom funcionamento do mercado interno do transporte rodoviário.

[Novo Plano de Ação para ajudar as regiões a proteger a biodiversidade e a colher os benefícios económicos da proteção da natureza](#)

A Comissão Europeia adotou um novo plano de ação com o objetivo de melhorar a proteção da natureza e da biodiversidade na UE, em benefício dos cidadãos e da economia.

[Nova sondagem Eurobarómetro revela que os cidadãos da UE continuam a apoiar fortemente a cooperação para o desenvolvimento](#)

A Comissão Europeia apresentou os resultados de uma sondagem Eurobarómetro Especial relativa aos pontos de vista dos cidadãos da UE sobre desenvolvimento, cooperação e assistência.

[Novas orientações ajudam cidadãos a obter acesso melhor e mais justo aos órgãos jurisdicionais nacionais em questões ligadas ao ambiente](#)

Quando as autoridades públicas não cumprem os direitos e deveres que lhes incumbem por força da legislação ambiental, os cidadãos podem pedir-lhes contas.

[Restabelecer Schengen: a Comissão recomenda a supressão progressiva dos controlos temporários nas fronteiras ao longo dos próximos seis meses](#)

A Comissão recomenda que a Áustria, a Alemanha, a Dinamarca, a Suécia e a Noruega suprimam progressivamente os controlos temporários atualmente em vigor em algumas das suas fronteiras internas do espaço Schengen ao longo dos próximos seis meses.

[A Comissão Europeia passa à etapa seguinte no processo do artigo 50.º recomendando um projeto de diretrizes de negociação](#)

O Colégio de Comissários dirigiu hoje uma recomendação ao Conselho tendo em vista a abertura das negociações com o Reino Unido nos termos do artigo 50.º. A recomendação inclui um projeto de diretrizes de negociação. Este mandato legal surge na sequência da adoção pelo Conselho Europeu, no passado sábado, das orientações políticas.

Consulta Pública

Transportes

[Consulta pública sobre a avaliação da Diretiva relativa aos sistemas de transporte inteligentes \(STI\)](#)

5 maio 2017 – 28 julho 2017

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Ambiente

[Proteger os cidadãos contra a poluição pelo mercúrio](#)

Em 25 de abril de 2017, o Conselho adotou um regulamento relativo às emissões e descargas antropogénicas de mercúrio e compostos de mercúrio para a atmosfera, a água e o solo. O novo regulamento proporcionará um nível elevado de proteção da saúde humana e do ambiente, estabelecendo medidas e condições a nível da UE para limitar a poluição gerada pelas atividades e processos relacionados com mercúrio.

Brexit

[Orientações do Conselho Europeu \(art. 50.º\) para as negociações do Brexit](#)

Orientações do Conselho Europeu (art. 50.º) na sequência da notificação efetuada pelo Reino Unido nos termos do artigo 50.º do TUE.

Comércio internacional e alfândegas

[Metodologia anti-dumping: Conselho aprova posição negocial](#)

Em 3 de maio de 2017, os embaixadores da UE aprovaram a posição negocial do Conselho sobre um novo método de avaliação das distorções do mercado em países terceiros.

Energia

[Cooperação mais estreita e solidariedade reforçada para garantir a segurança do aprovisionamento de gás](#)

O Conselho chegou a um acordo provisório com o Parlamento Europeu sobre um regulamento revisto relativo a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento de gás. O objetivo geral do regulamento é minimizar o impacto de potenciais perturbações do fornecimento de gás melhorando a cooperação entre os Estados-Membros, contribuindo assim para um melhor funcionamento do mercado interno da energia.

Financeiro

[Conselho adota novas regras para melhor proteger as finanças da UE](#)

O Conselho adotou a diretiva relativa à proteção dos interesses financeiros da UE - PIF.

Telecomunicações

[UE pronta para itinerância gratuita a partir de junho](#)

As taxas de itinerância aplicadas às comunicações móveis serão abolidas na UE, em 15 de junho de 2017, na sequência da luz verde que o Conselho deu às novas regras dos mercados grossistas de itinerância.

PARLAMENTO EUROPEU

[PE defende criação de fundo específico para pescas nas regiões ultraperiféricas](#)

O Parlamento Europeu (PE) pediu à Comissão Europeia que analise a possibilidade de criar um instrumento financeiro dedicado especificamente ao apoio à pesca nas regiões ultraperiféricas (RUP), como a Madeira e os Açores

[Eurodeputados querem regras para combater exploração laboral no vestuário](#)

O Parlamento Europeu quer que a Comissão proponha legislação vinculativa sobre o dever de diligência nas cadeias de abastecimento do setor do vestuário para combater as violações dos direitos humanos e a exploração laboral. Entre 70% a 80% dos trabalhadores do setor do pronto-a-vestir nos países de produção são mulheres e, frequentemente, menores.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 20 DE ABRIL DE 2017

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária - [PENSE 2020](#), com o desígnio de tornar a segurança rodoviária uma prioridade para todos os portugueses.
- Decreto-lei que altera o [Regulamento da Nacionalidade Portuguesa](#) e que vem estabelecer e concretizar o modo de aplicação de vários aspetos previstos nas alterações à Lei da Nacionalidade aprovadas pelas Leis Orgânicas n.º 8/2015, de 22 de junho e n.º 9/2015, de 29 de julho.
- Três diplomas no âmbito da estratégia de simplificação administrativa, dando cumprimento ao objetivo de fortalecer, simplificar e digitalizar a Administração Pública, tornando-a mais eficiente e facilitadora da vida dos cidadãos e das empresas.
- Foi introduzido um conjunto de alterações ao regime jurídico do Rendimento Social de Inserção (RSI) que pretendem reforçar a capacidade integradora e inclusiva desta prestação, protegendo os grupos de maior fragilidade e vulnerabilidade, em situação de pobreza extrema.
- Foi definido o regime jurídico da organização e funcionamento das unidades de saúde familiar (USF) e o regime de incentivos a atribuir a todos os elementos que as constituem, bem como a remuneração a atribuir aos elementos que integram as USF de modelo B.
- Foi decidido apresentar à Assembleia da República uma proposta de resolução para a aprovação da Convenção n.º 187 sobre o Quadro Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 95.ª sessão, em Genebra, a 15 de junho de 2006.

(...)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 27 DE ABRIL DE 2017

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Candidatura de Portugal a sede da Agência Europeia de Medicamentos (EMA), que se pretende fique instalada em Lisboa.
- Quatro decretos-leis no âmbito da estratégia de simplificação administrativa, dando cumprimento ao objetivo de tornar a Administração Pública mais eficiente e facilitadora da vida dos cidadãos e das empresas.
- O Governo aprovou uma alteração ao Decreto-Lei que aprova as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017, permitindo a aquisição, através de ajuste direto com consulta obrigatória a pelo menos três entidades até aos limiares comunitários, de serviços de peritos externos independentes para apreciação de mérito científico-tecnológico ou inovador, no âmbito dos procedimentos de análise, seleção ou decisão de candidaturas, garantindo-se uma maior agilidade no processo de atribuição dos fundos europeus às empresas.
- Decreto-lei que procede à fusão do Fundo de Estabilização Aduaneiro no Fundo de Estabilização Tributário.
- Versões finais e completas do Programa Nacional de Reformas para 2017-2020 e do Programa de Estabilidade, na sequência das audições entretanto promovidas.

(...)

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 4 DE MAIO DE 2017

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Apresentar à Assembleia da República a proposta de lei que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio 2017-2019, onde se inclui a prevenção da criminalidade, a investigação criminal, a ação penal e execução de penas e as medidas de segurança.
- Alteração ao Código do Imposto Único de Circulação, ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e prorrogada a vigência dos benefícios fiscais relativos ao mecenato científico.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011